

ESCLARECIMENTOS SOBRE O DIREITO E ATENDIMENTO JURÍDICO GRATUITO PARA A COMUNIDADE EXTERNA DO IFPB

Andréa de Melo Pequeno

RESUMO

A Constituição Federal garante a todos os cidadãos a efetivação dos seus direitos, sejam eles individuais ou coletivos. Nesse sentido, o acesso à justiça fundamenta-se como um direito do cidadão, tendo em vista inclusive sua previsão constitucional. O objetivo deste projeto é promover para a comunidade do entorno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) Campus Campina grande, PB a possibilidade de acesso a palestras que sirvam para esclarecimento de dúvidas acerca dos direitos e deveres de cada cidadão perante a sociedade, bem como oferecer aos beneficiários o atendimento jurídico gratuito com advogados especialistas nas mais diversas áreas do Direito, garantindo a estes o acesso à justiça. A metodologia de aplicação consta de divulgação do projeto nas comunidades do entorno do IFPB, a realização de palestras esclarecedoras e a realização de atendimentos jurídicos gratuitos para a comunidade, a confecção de cartilha escrita com texto de fácil compreensão contendo informações acerca de direitos e de como alcançá-los pela via judicial, e, posteriormente aos atendimentos, a judicialização das ações analisadas pelos advogados. Apesar das dificuldades, foi possível realizar atendimentos e conseguir êxito nas ações que foram judicializadas, o que faz perceber que o projeto tem viabilidade e que possibilita o acesso das comunidades carentes à direitos que muitas vezes ficam subjulgados por falta de aceso e informação.

Palavras-chave: Direitos. Informação. Atendimento jurídico.

1 INTRODUÇÃO

A organização social dos indivíduos, desde a Antiguidade, fez com que as pessoas criassem normas que garantem a igualdade entre os componentes de determinado grupo social. Vale salientar, porém, que a conjuntura de cada sociedade faz com que existam

distinções entre os indivíduos, devido a diversos aspectos, fator este que dificulta a igualdade de direitos e deveres de cada cidadão perante a sociedade em que vive.

Em termos de Brasil, um dos principais pontos que dificultam o acesso aos direitos determinados na constituição Federal de 1988 é a dificuldade que muitos indivíduos possuem no que tange à informação e consequente resguarda de direitos. Sabe-se que, neste contexto, as classes sociais menos favorecidas economicamente acabam sendo marginalizadas também no meio jurídico, tendo em vista que a Justiça precisa ser acionada pela parte interessada para que sejam resguardados os direitos, e por conta das dificuldades sociais e falta de acesso à informação, os menos favorecidos acabam perdendo seus direitos no meio social.

1.1 Objetivo geral

Disponibilizar à comunidade externa do IFPB campus Campina Grande o acesso a palestras com profissionais do Direito atuantes no Poder Judiciário da Paraíba, bem como ofertar atendimento jurídico com advogados atuantes nas mais diversas áreas do Direito na cidade de Campina Grande, para a resolução de problemas jurídicos que porventura venham a existir para os membros da comunidade a ser atendida.

1.2 Justificativa

O ser humano enquanto indivíduo inserido no meio social é sujeito de direitos e deveres perante os ordenamentos jurídicos da sociedade da qual faz parte. Em se tratando de Brasil, sabe-se que as garantias relativas a Direitos do indivíduo encontram-se determinada na Constituição Federal, efetivando a execução da norma como forma de garantir o direito de cada um, individual e coletivamente.

Entende-se, pois, que os direitos e garantias são extensivos a todos os cidadãos e que a não efetivação de tais direitos consubstancia o desrespeito à norma Maior. Nesse contexto, o acesso ao atendimento jurídico para a resolução de litígios é um direito de todos. Contudo, percebe-se que este acesso por muitas vezes é dificultado por motivos diversos, sejam eles sociais, financeiros ou mesmo por falta de conhecimento acerca dos direitos inerentes a cada cidadão. Nesse contexto, justifica-se a execução do projeto aqui explanado pela necessidade

de acesso das comunidades mais carentes ao reconhecimento dos seus direitos, como também o acesso a profissionais que garantam a efetivação desses direitos perante a justiça.

Importante mencionar que a execução do projeto aqui descrito oportunizará as comunidades interna e externa a esclarecerem dúvidas acerca de direitos, deveres e acesso à Justiça de maneira a alcançar a resolução de seus possíveis litígios. Outro ponto positivo com a execução deste projeto é dar acesso aos estudantes desta instituição através das palestras realizadas ao conhecimento acerca de seus direitos enquanto trabalhador inserido no mercado, bem como cidadão detentor de direitos e deveres em meio à sociedade, vez que nota-se certa carência ao estudo o Direito, ficando os alunos restritos ao aprendizado técnico e sem conhecimentos acerca de seus direitos e deveres quando de sua inserção no mercado de trabalho.

Com o trabalho desenvolvido pelas instituições de ensino, verifica-se que o direito à educação é efetivado, vez que é colocado à disposição dos alunos de todos os níveis o acesso ao ensino. Em se tratando de ensino técnico, em especial o IFPB, percebe-se uma carência relacionada ao aprendizado dos direitos de cada cidadão. Verifica-se que os alunos são preparados profissionalmente para o mercado de trabalho, contudo eles possuem pouco conhecimento acerca de seus direitos no âmbito profissional. E esta carência se dá pelo fato de não existir uma grande quantidade de profissionais do Direito para dar aulas nos Institutos Federais, nem tampouco as disciplinas básicas de Direito efetivamente compõem as grades curriculares do ensino nestas instituições. Verifica-se também que as comunidades situadas no entorno do Instituto também são pouco assistidas no que tange ao esclarecimento acerca de seus direitos e obrigações.

Sendo assim, a proposta aqui descrita visa desenvolver um projeto que garanta acessibilidade aos conhecimentos jurídicos à comunidade externa do IFPB campus CG explanação acerca de direitos e deveres de cada cidadão. Além disto, a proposta também tem como foco trazer para a instituição advogados que realizem atendimentos gratuitos e palestras esclarecedoras, possibilitando retirar dúvidas existentes ou mesmo garantir o assessoramento jurídico necessário aos beneficiários.

Justifica-se este projeto pela necessidade de maiores esclarecimentos à comunidade externa e interna do IFPB acerca dos seus direitos e deveres perante a sociedade, bem como a necessidade de atendimento gratuito para a população mais carente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A garantia de direitos vem determinada constitucionalmente na Carta Magna Brasileira. De acordo com o texto constitucional, todos os cidadãos são detentores de direitos e deveres perante a sociedade. Em termos de direitos, verifica-se que estes são necessários à vida em comunidade. Dentre eles, alguns direitos se destacam tais como: direito à educação, saúde, lazer, alimentação e acesso à justiça.

Em se tratando de acesso à justiça, tem-se que a Constituição Federal de 1988 traz em seu texto a explanação acerca deste direito, nos termos do art. 5º, XXXV, onde encontra-se determinado que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” (BRASIL, 1988). Entende-se, pois, que é dado ao indivíduo o direito de acesso à Justiça, quando dela necessite e sem restrições, para que sejam efetivadas as normas constitucionais garantidores de tais direitos.

Watanabe (1996, p. 20) assegura que a questão de acesso à Justiça não pode ser vislumbrada tão somente nos limites do alcance aos órgãos judiciais existentes é preciso ir além, a fim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa.

O Direito de acesso à justiça é, fundamentalmente o de acesso à ordem jurídica justa; são dados elementares desse direito: 1) o direito à informação e perfeito conhecimento do direito substancial e à organização de pesquisa permanente a cargo de especialistas e orientada à aferição constante da adequação entre a ordem jurídica justa e a realidade sócio-econômica do País; 2) direito de acesso à Justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa; 3) direito à preordenação dos instrumentos processuais capazes de promover a efetiva tutela de direitos; 4) direito à remoção de todos os obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo à Justiça com tais características.

Verifica-se, assim, que o acesso à justiça é um princípio jurídico no qual todos os indivíduos gozam de direito de acionar o Judiciário quando dele necessitar para solucionar seu problemas jurídicos.

"[...] se e é indispensável uma porta de entrada, necessário igualmente é que exista a porta de saída. Por outras palavras, de nada adianta garantir o direito de postulação ao Estado- juiz sem o devido processo em direito, isto é, sem processo provido de garantias processuais, tais como contraditório, ampla defesa, produção de provas obtidas por meios lícitos, ciência dos atos processuais, julgamento em tempo razoável, fundamentação das decisões, julgamento justo eficácia das decisões, etc." (SOUZA, 2011, p. 56).

Vale salientar, porém, que nem todos os indivíduos tem acesso à justiça devido a vários contextos, dentre eles falta de informação, receio de não ter sua demanda garantida devido a escândalos de corrupção, falta de condição financeira para contratar advogados, dentre outros.

3 METODOLOGIA DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Levando em consideração a proposta deste projeto e e acordo com o objetivo geral, a metodologia desenvolvida constou das seguintes etapas:

- Divulgação do projeto no entorno do IFPB campus CG. A divulgação será externa ao campus, realizada através de visitas às escolas do entorno, Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), igrejas, etc;

- Realização de palestras cuja função principal será explanar ao público sobre os direitos e deveres do indivíduo perante a sociedade, nos seus mais diversos ramos. As palestras ocorrerão uma vez por mês. Nelas, serão explanados temas diversos relacionados ao Direito nacional e internacional, com a participação de um procurador de juízes, promotores, professores da área, agentes internacionais e advogados. As palestras tiveram duração de 1 hora, com acréscimo de 30 minutos para dirimir dúvidas. Após cada palestra, houve uma avaliação a ser realizada com o palestrante, bem como com os participantes, onde se buscou a opinião destes sobre o evento;

- Atendimento gratuito para dirimir dúvidas e/ou prestar acessória jurídica para os que dela necessitar. Foi disponibilizado a cada quinze dias um advogado para atender a comunidade que necessita de assessoramento jurídico. Este atendimento foi gratuito e caso necessário, haverá o acompanhamento do advogado nas causas judiciais para os beneficiários que precisarem;

- Avaliação do projeto, através de resposta de questionários disponibilizados aos beneficiários;

- Elaboração de cartilha informativa para a comunidade;

- Confecção deste artigo para ser publicado na revista PRAXIS, relatando o projeto executado, seus resultados e propostas de melhoria para atuação em outros projetos.

4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DURANTE A EXECUÇÃO

As palestras foram realizadas com o objetivo de suprir a necessidade da comunidade no que tange à informação sobre seus direitos. No que tange aos atendimentos, estes foram realizados para garantir aos beneficiários o acesso à justiça para a solução de seus possíveis problemas jurídicos.

A avaliação realizou-se através de conversa realizada com os beneficiários do projeto após o atendimento jurídico e acompanhamento em demandas judiciais. Ao final do projeto, foi produzida uma cartilha informativa composta de informações acerca de direitos e como o interessado na demanda judicial pode alcançar seus objetivos, tais como discriminação dos documentos necessários e possíveis modalidades de demandas judiciais das quais muitos não tem conhecimento, possibilitando que os beneficiários tenham acesso a explicações sobre temas diversos do Direito, de maneira objetiva e didática. Por fim, foi confeccionado um artigo para publicação na revista científica PRAXIS.

5 RESULTADOS ESPERADOS / ALCANÇADOS E DISSEMINAÇÃO DE RESULTADOS

Buscou-se, com a proposta desse projeto, dar acessibilidade à comunidade carente do entorno do IFPB campus CG no que tange ao conhecimento acerca de seus direitos, através de atendimento gratuito por parte de profissionais do Direito que disponibilizaram gratuitamente seus conhecimentos e serviços para a resolução de possíveis litígios existentes na vida dos componentes da comunidade que forma o público alvo deste projeto.

5.1 Resultados esperados

A partir da divulgação do projeto, esperou-se alcançar o maior número de beneficiários interessados em consultas jurídicas ou mesmo para retirada de dúvidas acerca de diversos temas relacionados ao Direito.

Com a realização das palestras, possibilitou-se aos beneficiários o acesso direto e pessoal a profissionais do Direito que lidam diretamente com determinadas áreas jurídicas. O atendimento gratuito por parte de advogados atuantes na cidade de Campina Grande proporcionou à comunidade interna e externa do IFPB o acesso à justiça, tendo em vista que

na grande maioria dos casos as pessoas não conseguem assessoria jurídica devido a diversos fatores, dentre eles a falta de condições financeiras para a contratação deste tipo de profissional. Os atendimentos possibilitaram a retirada de dúvidas e a assessoria jurídica em todas as fases das possíveis ações judiciais.

Em termos de avaliação, foram realizadas conversas informais após os atendimentos jurídicos e também durante a realização das demandas judiciais, observando o ponto de vista dos beneficiários com relação ao atendimento jurídico ofertado e a sua satisfação com este.

5.2 Resultados alcançados

Através das ações realizadas foi possível, apesar das limitações, realizar atendimentos dos quais foram resolvidos muitos problemas jurídicos das pessoas que procuraram o serviço de atendimento jurídico gratuito. Tendo em vista que os problemas jurídicos versavam sobre questões litigiosas, não será possível publicar nomes e ações processuais desenvolvidas e solucionadas, levando em consideração a preservação da identidade dos autores destas ações, bem como dos réus. Vale salientar, porém, que se verificou que a maioria das ações versavam sobre direitos trabalhistas e direito de família. Importante enfatizar que a confecção da cartilha colaborou para maiores esclarecimentos acerca dos direitos do cidadão, bem como serviu de ferramenta capaz de garantir aos indivíduos atendidos a possibilidade de ler em casa sobre os documentos necessários para a entrada das ações na Justiça, bem como possibilitou os esclarecimentos necessários com relação a cada tipo de ação.

5.3 Disseminação dos resultados

Por fim, a disseminação dos resultados finais do projeto aqui proposto ocorreu através da confecção de artigo científico publicado na Revista Práxis, bem como exposição de baner em evento realizado no IFPB campus Campina Grande, na Semana de Ciência e Tecnologia. Nesta ocasião, onde foi possível explanar oralmente acerca do projeto desenvolvido e dos objetivos alcançados, além de buscar parcerias, bem como sugestões para a continuação das ações deste projeto por tempo indeterminado.

6 CONCLUSÃO

O projeto aqui descrito serviu para que se verificasse as necessidades jurídicas de comunidades carentes da cidade de Campina Grande, possibilitando assim o desenvolvimento de ações que garantam a efetivação do acesso da população mais carente aos serviços jurídicos. Vale salientar, porém, que algumas dificuldades foram encontradas no meio do percurso e realização deste projeto, fatores estes que impossibilitaram a perfeita execução de todas as ações.

Dentre as maiores dificuldades encontradas, destaca-se o período eleitoral no ano de 2016, fator que dificultou sobremaneira a realização das palestras pretendidas, tendo em vista o compromisso constitucional dos operadores do Direito com a legislação eleitoral, legislação esta que se sobrepõe às demais durante o período eleitoral. Outro fator ligado ao período em destaque e que dificultou a realização completa das atividades foi que políticos em campanha eleitoral por duas vezes tentaram utilizar do projeto aqui realizado para desenvolver suas campanhas, fator este que determinou a paralisação das atividades até o término das eleições, dificultando sobremaneira a realização de todas as ações de maneira completa.

Enfatiza-se, porém, que apesar das dificuldades, foi possível realizar atendimentos e conseguir êxito nas ações que foram judicializadas, o que faz perceber que o projeto tem viabilidade e que possibilita o acesso das comunidades carentes à direitos que muitas vezes ficam subjulgados por falta de aceso e informação.

Por fim, analisando a realização deste projeto percebeu-se que ainda existe muito receio por parte da população carente na busca de seus direitos. Este ponto torna-se fator decisivo para o desrespeito aos direitos individuais e transindividuais, levando em consideração que a omissão pelas partes interessadas no litígio acaba promovendo cada vez mais a impunidade, independente do ramo do direito em que habite a demanda jurídica. Desta forma, entende-se que a informação é, sem sombra de dúvidas, a melhor ferramenta para esclarecer os indivíduos acerca de seus direitos, especialmente aqueles que por conta da condição social na qual encontram-se inseridos, temem a busca do direito por conta das represálias da parte oposta. Sendo assim, a principal lição aprendida com este projeto foi que dar a informação correta acerca de Direitos ao cidadão carente ultrapassa o dever que o jurista assume enquanto operador do Direito, chegando ao ápice de ser ferramenta para a garantia dos direitos humanos de cada indivíduo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de realizar uma atividade que me proporcionou a alegria de ajudar aos mais necessitados.

Agradeço especialmente aos colaboradores que se destinaram voluntariamente à execução deste projeto. Ao aluno bolsista Matheus Henrique Santos Monteiro por seu empenho e dedicação às ações. Aos servidores do IFPB campus CG, Ana Rayonara de Sousa Albuquerque, Aluska Farias de Oliveira Amaral, Maria Eliziana Pereira de Sousa, que com suas experiências me ajudaram a executar as ações de maneira mais satisfatória, garantindo assim o êxito destas. Aos alunos do IFPB que voluntariamente se dedicaram a este projeto, Marcelo Pio de Sales Chaves, Henrique Bruno Lima de Oliveira, Josenildo Isidro dos Santos Filho. A João Igor Barros Rocha, ex aluno do IFPB campus CG, que inicialmente participou deste projeto como aluno bolsista, perdendo esta condição por ter sido aprovado no curso de engenharia de Minas da UFCG, mas que mesmo assim continuou contribuindo grandiosamente para a realização deste projeto.

De maneira especial agradeço a colaboração de meu colega Advogado Miguel Angelo de Castro que dispôs de seu tempo para realizar comigo esta atividade de assessoria jurídica gratuita, dando aos beneficiários a possibilidade de acesso ao Direito.

Agradeço a todos, das mais diversas localidades do entorno do IFPB campus CG, como também de outras localidades mais distantes a exemplo de atendimento realizado na cidade de Soledade, que buscaram os serviços prestados neste projeto para que suas necessidades jurídicas fossem atendidas.

Agradeço ao Senhor Rubem, exemplo de homem e ser humano, presidente da Associação de moradores do Genipapo, local de atendimento das comunidades carentes do entorno deste bairro campinense, pessoa fundamental para a realização do trabalho e consequente atendimento das demandas.

Por fim, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta ajudaram para a realização deste projeto.

CLARIFICATIONS ON THE RIGHT AND FREE LEGAL ATTENDANCE TO THE IFPB EXTERNAL COMMUNITY

ABSTRACT

The Federal Constitution guarantees all citizens the realization of their rights, be they individual or collective. In this sense, access to justice is grounded as a citizen's right, even in view of its constitutional provision. The objective of this project is to promote for the community of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) Campus CG the possibility of access to lectures that serve to clarify doubts about the rights and duties of each citizen before society, as well as offering beneficiaries free legal assistance with specialized lawyers in the most diverse areas of law, guaranteeing them access to justice. The application methodology consists of disseminating the project in the communities surrounding the IFPB, providing enlightening lectures and providing free legal services to the community, creating a written primer with easy-to-understand text containing information about rights and how to reach them through the judicial process, and, after the appeals, the judicialization of the actions analyzed by the lawyers. Despite the difficulties, it was possible to carry out calls and to succeed in the actions that were judicialized, which makes it possible to perceive that the project is viable and that it allows the poor communities access to rights that are often subjugated due to lack of access and information.

Keywords: Rights. Information. Legal assistance.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 Mar. 2016.

SOUZA, Wilson Alves de. **Acesso a Justiça.** Salvador: Dois de Julho, 2011.

WATANABE, Kazuo. Tutela Antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer – arts 273 e 461 do CPC. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo Teixeira (Coord.).

Reforma do Código de Processo Civil. São Paulo: Saraiva, 1996.